

**ACTA**

Aos dez dias do mês de Março do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Luísa Maria Alves Oliveira, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

1 – Vereador José Manuel Antunes – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Guimarães tem entre mãos o desafio de acolher no próximo ano a Capital Europeia da Cultura – CEC 2012. O município vai gastar milhões de euros para a aquisição/construção de um conjunto de imóveis e equipamentos: Casa do Artista, Casa da Memória, Plataforma das Artes, Remodelação do Toural, etc. Sabemos que todos estes investimentos exigem um grande esforço do município para suportar os encargos financeiros que lhe são devidos nas diferentes candidaturas. A cidade vai ficar bem na fotografia. E as freguesias? O estado lamentável em que se encontram algumas vias municipais é motivo para questionar o executivo municipal

sobre os verdadeiros desígnios para a CEC 2012. A Câmara tem olhos postos nos investimentos na Cidade e as intervenções nas freguesias, salvo algumas excepções é para prometer e adiar. No ano passado o Executivo Municipal assumiu o compromisso de em 2011 executar a pavimentação da rua de acesso das Taipas à Falperra. As populações da zona Norte do Concelho, das freguesias de Caldelas, Sande S. Lourenço Balazar e Longos aguardaram serenamente pela chegada do novo ano para que em 2011 a promessa do Vereador responsável pelas Obras Municipais fosse cumprida. É inadmissível que os responsáveis políticos não cumpram com as promessas feitas às populações. Outra estrada municipal em péssimo estado é a estrada de acesso de Azurém via Selho S. Lourenço a Atães. Esta é uma estrada que dá acesso à Feira Grossista e ao Campo da Ataca, assim como a anterior permite o acesso à Capela de Santa Filomena que outros pretendem usurpar ao Município de Guimarães. Como querem que os turistas permaneçam em Guimarães, façam alguns roteiros para visita a monumentos de interesse cultural com estradas esburacadas e com tantas saliências e abatimentos que os amortecedores dos automóveis e os cidadãos que neles se deslocam são as primeiras vítimas. Os peões estão também em perigo com a má qualidade das estradas vimaranenses e exigem uma atenção do Município para que também eles se sintam cidadãos de Guimarães. O espírito de pertença, o espírito de unidade concelhia também se constrói com a atenção prestada às freguesias mais distantes do Centro da Cidade e a exigência de intervenção de conservação das vias municipais é mais que justificada".

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: "No Comércio de



Guimarães” de 2 de Março de 2011, o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães disse que o processo de negociação com o artista José de Guimarães, sobre o modelo a adoptar na gestão do espaço destinado ao Centro de Arte Contemporânea, passo a citar, *está num ponto morto... O trabalho que temos vindo a fazer teve um percurso que apontava para um acordo sem grandes dificuldades, mas ultimamente os sinais não são nada simpáticos e presumo que a estratégia do mestre, com uma entrevista que deu a um jornal local, NG de 11 Fevereiro 2011, fez pressentir isso e quis fazer pressão sobre nós...Há tempo de mais para encontrar uma solução, que do meu ponto de vista, já devia estar consumada. Infelizmente não tem sido possível chegar a um acordo e há um curto prazo de tempo para decidirmos e não vamos por em causa um projecto global por causa de uma estratégia que possa estar a ser assumida pela outra parte. A Câmara ... deu tudo para que o espaço tivesse condições de excepção para que o espólio de José de Guimarães fosse lá colocado e o que não aceita é “dictates” seja de quem for porque o espaço há-de continuar a ser do Município e gerido pelo Município...Não estamos disponíveis para um acordo a qualquer preço*”. Em resposta, no “O Comércio de Guimarães” de 9 de Março de 2011, José de Guimarães disse que, passo a citar: *“A proposta de gestão para o Centro de Arte Contemporânea, apresentada pela CMG é inaceitável. O presidente da Câmara Municipal de Guimarães não concorda com a nossa proposta de modelo de gestão, em tudo idêntico ao adoptado pela Fundação Paula Rego. Se for encontrada uma solução mais flexível, estou aberto, nada está fechado*”. Como sabemos, o Centro de Arte Contemporânea, integrado no espaço da Plataforma das Artes, foi projectado e pensado à medida do espólio, da obra e dos desejos

e vontades do pintor José de Guimarães. Pelo exposto, faz algum sentido estar-se hoje, ainda, a discutir a forma de gestão de um espaço que pela sua particularidade, desde cedo assumida pelas partes envolvidas, já devia estar mais que resolvida? Porque é que se avançou para um projecto com esta dimensão sem se terem salvaguardado os pormenores necessários ao seu bom funcionamento, no presente e no futuro, evitando o actual estatuto de pretensos reféns perante atitudes que não foram previstas e fora de tempo? Faz algum sentido projectarmos um espaço, que por vontade de uma das partes, e com o acordo da Câmara Municipal de Guimarães, teve que ter uma determinada volumetria, obrigando à necessidade de aquisição de terrenos não confinados no antigo mercado, encarecendo significativamente a obra, e que, agora, se não houver acordo, se tornará desnecessário? Este processo não teve até aqui a melhor condução. É por isso, mais que tempo de a Câmara assumir sem qualquer tipo de ambiguidades, com clareza e com frontalidade o que pretende fazer, a que preço e com quem. Está mais que na hora de transpor os obstáculos e arrepiar caminho, porque a CEC 2012 é já amanhã, e não há tempo a perder".

3 – Vereador André Coelho Lima – Referindo-se à presença de Guimarães na BTL – Feira Internacional de Turismo, que se realizou na FIL, em Lisboa, disse que a Autarquia deveria ter aproveitado este evento para promover a cidade como destino turístico, tendo em conta a classificação do Centro Histórico como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, bem como a atribuição da co-organização da Capital Europeia da Cultura, em 2012. Acrescentou que o que se verificou foi que a brochura promocional de Guimarães naquele evento promoveu, apenas, as Termas das Taipas, o Pavilhão Multiusos, o Teleférico da Penha e o Centro



Cultural Vila Flor, equipamentos geridos, respectivamente, pelas Cooperativas Taipas Turitermas, Tempo Livre, Turipenha e A Oficina. Disse, ainda, estranhar não existir qualquer referência ao Castelo de Guimarães como 7ª Maravilha de Portugal, ou ao Centro Histórico Património da Humanidade, ou, ainda, aos museus e gastronomia. Terminou, dizendo que “a Câmara Municipal, porventura sugestionada pela frase publicitária da FIL «negócios no lugar certo», usou dos meios municipais para promover apenas os seus negócios, das suas Cooperativas, em vez de promover o destino turístico Guimarães, como lhe competia e era sua obrigação, numa feira tão importante como a BTL. **4 – Vereadora Alexandra Gesta** – Informou que o prazo de consulta pública do processo de alteração do Plano de Urbanização de Guimarães foi alargado até ao final deste mês, esperando-se que, durante este período, a Autarquia receba o parecer dos técnicos do IGESPAR e do ICOMOS. Acrescentou, ainda, que, até agora, foram apresentadas duas propostas à Autarquia. **5 – Vereador Amadeu Portilha** – Explicou que a estratégia da entidade Turismo do Porto e Norte de Portugal para a promoção de Guimarães na Feira de Turismo de Lisboa assentou na divulgação da Capital Europeia da Cultura 2012, referindo que as entidades gestoras dos espaços municipais com mais qualidade (Centro Cultural Vila Flor, Multiusos, Teleférico e Termas das Taipas) fizeram um trabalho promocional conjunto. **6 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre o estado das vias e acessibilidades esclareceu que a Câmara Municipal teve, durante vários anos, como modelo de intervenção a preocupação primeira com o estado dos pavimentos, pois, só mais tarde, foram disponibilizados recursos comunitários que permitiram a realização das obras de abastecimento de água e saneamento. Contudo, concordou que a

via que liga a Vila das Taipas à Falperra precisa de uma repavimentação, acrescentando, no entanto, que nunca foi prometido realizar a obra este ano. Porém, adiantou que aquela via será alvo de uma reparação; **b)** – Sobre o processo do artista José de Guimarães disse que se estava em negociações e que se o processo não evoluísse de forma satisfatória então teria que ser seguido outro caminho. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Deu conhecimento que a Câmara Municipal de Guimarães candidatou as Tortas de Guimarães às sete maravilhas gastronómicas de Portugal, um doce regional que é uma das marcas do concelho e que tem potencial para concorrer com as restantes iguarias do País; **2** – Disse que Guimarães registou um significativo aumento do número de turistas na quadra carnavalesca, lamentando que muitos empresários, em especial da área da restauração, não tenham aproveitado essa oportunidade para fazerem negócio e, assim, satisfazerem as necessidades de quem visita Guimarães. Realçou que a aproximação da Capital Europeia da Cultura deverá ser aproveitada pelos empresários para corresponder ao crescimento da procura que a Cidade está a registar; **3** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “1 – Por decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga de 1 de Março de 2011, foi indeferida a providência cautelar interposta pela FDO, que pretendia a sua recolocação no procedimento para adjudicação da empreitada da Plataforma das Artes, do qual havia sido regularmente excluída por ter desrespeitado requisitos estabelecidos no concurso. 2 – Desapareceu, assim, a contingência imediata que pairava sobre esta peça fundamental da



Capital Europeia da Cultura. Caem por terra, e de modo estrondoso, todos os argumentos que foram defendidos pela FDO e que, em tempos, certamente já passados, tiveram algum acolhimento nesta Câmara. Deve ser motivo de grande desilusão para quem percorreu essa via. 3 – Mas não foi uma derrota qualquer. O Tribunal entendeu que a prova documental era suficiente para não dar razão à FDO, dispensando a inquirição de testemunhas (página 1 da sentença). Ou seja, achou que o que constava documentalmente do processo do concurso limitado com prévia qualificação era suficiente para produzir a decisão que produziu. Dito de outro modo, o que aqui foi feito e decidido, porque constante dos documentos respectivos, não merecia ser prejudicado. 4 – A FDO interpôs uma acção principal, em relação à qual o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, na relação que apreciou com a matéria da providência cautelar, indicou que se não estava perante qualquer caso de “manifesta ilegalidade” (páginas 6 e 7 da sentença) quanto ao acto de exclusão da FDO, praticado pela Câmara. 5 – Reconheceu, ainda, o Tribunal, que a Câmara demonstrou o interesse público na prossecução normal do concurso (páginas 7 e 8 da sentença). Ora, o que a Câmara fez no processo judicial foi adiantar os mesmos argumentos que formaram aqui maioria. Nada mais. Razão pela qual a decisão do Tribunal se tem de interpretar como também se dirigindo criticamente a quem defendeu a posição minoritária. Que já tinha sido minoritária no entendimento do Júri e nos pareceres jurídicos que foram oportunamente solicitados. 6 – Serve a presente decisão do tribunal também para, em sentido oposto, se perceber o que teria sucedido se se tivesse acolhido a argumentação da FDO. Provavelmente, outros candidatos teriam impugnado a decisão com muito maiores probabilidades de sucesso. E estaria

agora a Câmara com um gravíssimo problema que afectaria a credibilidade do Município de Guimarães como co-organizador da Capital Europeia da Cultura, impossibilitada de adjudicar uma empreitada da importância da presente. 7 – Fizemos bem, e o Tribunal confirmou a nossa razão, infirmando a da FDO. E que fique como lição para quem não percebe que, num Estado de Direito, o que cabe à Política não cabe à Justiça, e vice-versa”. ----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – PISCINA MUNICIPAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Piscina Municipal de Moreira de Cónegos, submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto – Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos do art.º 38º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €1.700.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.2.0801 do Plano Plurianual de Investimentos a adopção de Concurso Público, nos termos da alínea b), do art.º 19º, do CCP. **3.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com: Fixação do parâmetro base do preço contratual em €1.700.000,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação



da proposta economicamente mais vantajosa; **4.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais. b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **5.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores do PSD votaram favoravelmente o início de procedimento para construção da Piscina Municipal de Moreira de Cónegos, por considerarmos tratar-se de um equipamento de evidente importância e utilidade para as populações do nosso concelho. No entanto, entendemos ser esta a altura de manifestar que não merece a nossa concordância o modelo que está pensado para as primitivas 5, agora 4, piscinas municipais a construir no nosso concelho. Em requerimento dos vereadores do PSD, datado de 21.01.2010, questionávamos a Câmara sobre esta matéria por nos interessar *“perceber em que moldes e para que propósitos*

estão pensadas as referidas piscinas públicas". 1 - Fazíamos concretamente 3 perguntas: 2 - *O projecto para as piscinas projectadas é idêntico ou similar em todas elas, ou estão pensadas com projectos diferentes?* 3 - *Caso o projecto das piscinas seja idêntico em todas as vilas, com que dimensões exactas estão as mesmas projectadas?* 4 - *Que objectivo se pretende alcançar, na disponibilização deste serviço aos habitantes das vilas contempladas: mera fruição e recreio, prática de actividade desportiva, ou ambas?* Tendo-nos sido respondido, sumariamente, o seguinte: 5 - O projecto é idêntico em todas elas. 6 - Cada uma terá dois tanques, um com dimensões de 16m x 12m e outro de 12m x 8m, com profundidade média de 1 m. 7 - Quanto ao objectivo foi-nos respondido que *"está prevista a utilização do espaço aquático para fruição, recreio e actividade formativa, excluindo-se a possibilidade de actividade desportiva"*. Ora, aqui está a nossa divergência, que entendemos dever manifestar neste momento. Em nossa opinião, investimentos desta natureza devem sempre procurar assegurar, o mais possível, a sua perenidade, isto é, deverão do ponto de vista da qualidade construtiva, mas também do ponto de vista das valências que proporcionam, ficar adaptáveis às necessidades da comunidade por um período de tempo o mais lato possível. Por esse motivo, aliás, ainda recentemente votamos favoravelmente ao montante atribuído para a dotação de pisos sintéticos em diversos clubes concelhios, precisamente por se entender que se trata de um investimento, de algo que, sendo caro, evita dispêndios ulteriores no mesmo tipo de equipamento, durante um período largo de tempo. Ora, no que respeita às piscinas municipais temos idêntica posição. Parece-nos descabido que se invista uma quantidade bastante significativa de dinheiro em equipamentos que possam não servir, a breve trecho,



todas as finalidades que um equipamento desta natureza pode proporcionar. Isso é gastar, e não investir. É nossa opinião que nestes equipamentos deverá estar prevista a sua adaptação para a actividade desportiva. Deverão estar pensados não para serem meros *health clubs* públicos espalhados pelo concelho, mas por forma a que a população possa utilizar estes equipamentos públicos municipais para o desempenho de actividades desportivas em ambiente aquático, não se cingindo a sua construção, apenas, para mero recreio e fruição. Por que motivo hão-de os jovens destas comunidades que queiram praticar modalidades aquáticas ter que se deslocar à cidade ou a concelhos limítrofes, depois do Município acabar de investir milhões de euros na construção de uma piscina à porta de casa. Não faz qualquer sentido! Por outro lado, é importante dizer-se, não teria igualmente cabimento que todas as piscinas que estão projectadas o sejam com esta finalidade. De entre as 4 piscinas que estão projectadas, três delas situam-se na zona Oeste e Sudoeste do concelho (freguesias de Ronfe, Serzedelo e Moreira de Cónegos), a outra, situa-se no campo oposto, a Nordeste do território concelhio (S. Torcato). O que faria sentido, e seria mais do que suficiente, era que uma das 3 piscinas projectadas para a zona Oeste-Sudoeste tivesse esta capacidade e estas valências, e a piscina projectada para a zona Nordeste o tivesse igualmente. Permitindo-se que todos os atletas de zonas completamente opostas do concelho pudessem utilizar este equipamento público para a prática de actividade desportiva, proporcionando melhores condições aos munícipes, e valorizando o próprio investimento, adaptando-o para outras utilidades e funções. Como é certamente desejo desta Câmara Municipal. Do ponto de vista do investimento não existem diferenças ou são irrisórias, conquanto o projecto seja de base pensado com estas

finalidades complementares. A edificação é idêntica, não carece de alterações, a criação de um tanque de 25x16, ao invés de dois tanques de menores dimensões, não acarreta um aumento de custos, apenas os dimensiona, e melhor adapta à realidade e às necessidades do nosso concelho. Uma solução mista, uma rede integrada de equipamentos de diferentes características, mas com valências complementares, é aquilo que claramente defendemos nesta matéria. Diga-se que contactamos a Federação Portuguesa de Natação para instruir a nossa posição. Sendo que, referindo-se em concreto às dimensões das piscinas pensadas para Guimarães, a FPN diz que *"Uma piscina de 25m possibilita a realização de eventos desportivos ... mas não serve só a competição, já que o seu plano de água permite um acréscimo significativo em termos de actividades (escolas de natação, hidroginástica, utilização livre, etc.), assegurando um amplo leque de oferta para toda a população"*. Dizendo em seguida que *"uma piscina com 16x12, por si só, dificilmente garantirá uma progressão lógica, adequada ao correcto desenvolvimento da Natação em geral."* Por tudo isto e em conclusão, a Piscina Municipal de Moreira de Cónegos merece a nossa aprovação. No entanto, entendemos que devem ser repensados os restantes projectos. Desde logo, colhendo opiniões técnicas de entidades como a FPN, que devem ser consultadas antes da realização de investimentos na sua área de abrangência. O projecto das 4 piscinas deve ser concebido olhando para o concelho de uma forma integrada, planeando as suas complementaridades, dotando-as de maiores valências, dando melhor utilização ao dinheiro público, transformando-o mais em investimento, e conseguindo, com idêntico dispêndio, maiores utilidades para os equipamentos públicos a criar". -----

PATRIMÓNIO – VENDA DE TERRENOS DO DOMÍNIO

**PRIVADO DO MUNICÍPIO – HASTA PÚBLICA 1/2011 –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Município é dono e legítimo possuidor das parcelas de terreno identificadas no quadro abaixo, e de acordo com informações prestadas pelo Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, e outros elementos constantes nos respectivos processos, tais parcelas não estão afectas a qualquer fim ou actividade operacional camarária, nem se prevê, no futuro, a construção de qualquer tipo de equipamento de utilidade municipal nos locais onde se situam os imóveis, pelo que não se justifica a sua manutenção no domínio privado do Município, não havendo assim qualquer inconveniente à respectiva venda. Por outro lado, é necessário alocar recursos financeiros a projectos de interesse municipal, nomeadamente equipamento e infra-estruturas para uso público. Deste modo, a venda dos prédios acima identificados, correspondem à realização do interesse público municipal, constituindo uma forma de otimizar a satisfação do interesse público colocado a cargo do Município, através do uso de competências legalmente atribuídas. Nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com os nºs 2 a 4 do artigo 53º do mesmo diploma legal, a Assembleia Municipal em sua sessão de 10 de Dezembro de 2010, aprovou a alienação ou oneração dos prédios rústicos ou urbanos propriedade da Autarquia, que se encontrem ou venham a estar desocupados ou devolutos, e cuja alienação ou oneração se traduza em benefícios de cariz social, cultural ou económico para o Município, sendo obrigatoriamente aprovados pela Câmara Municipal os regulamentos respeitantes aos correspondentes procedimentos legais, designadamente a

hasta pública. A venda em hasta pública deverá ser realizada de forma a respeitar os princípios que norteiam a actividade administrativa, dando cumprimento aos princípios da legalidade, concorrência, transparência, publicidade, igualdade e imparcialidade, preservando-se a harmonia e a coerência do sistema. Os terrenos que se propõem a alienar são os seguintes: -

Nº	Localização Freguesia	Área	Matriz (Registo Predial)	Finalidade	Valor base de licitação
1	Lugar de Riba D´Ave ou Ribeirinha – Brito	785,00m ²	U-785 1019/Brito	Terreno para construção	€ 127.220,00
2	Lugar de Balteiro, Calvos	1.280,00m ² – Lote nº 7 do Alv. Loteamento nº 2/00	U-318 209/Calvos	Edifício de 2 pisos, geminado, para habitação unifamiliar	€ 39.200,00
3	Lugar do Monte da Lapinha, Calvos	307,00m ² – Lote nº 3 do Alv. Loteamento nº 12/03	U-419 309/Calvos	Edifício de 2 pisos, para habitação unifamiliar	€ 20.410,00
4	Lugar do Monte da Lapinha, Calvos	325,00m ² – Lote nº 4 do Alv. Loteamento nº 12/03	U-420 310/Calvos	Edifício de 2 pisos, para habitação unifamiliar	€ 21.410,00
5	Parque Industrial, Ponte	1.118,50m ² – Lote nº M2 do Alv. Loteamento nº 58/92	U-1981 832 e 860/Ponte – a desanexar	Pavilhão industrial	€ 72.950,00
6	Parque Industrial, Ponte	597,00m ² – Lote nº 1 do Alv. Loteamento nº 29/95	U-2371 1268/Ponte	Edifício de 2 pisos para armazém de materiais não poluentes	€ 31.610,00
7	Lugar da Ponte Velha, Sande Vila Nova	159,00m ² – Lote nº 14 do Alv. Loteamento nº 42/94	U-622 330/Sande Vila Nova	Edifício de 2 pisos, para habitação unifamiliar	€ 16.140,00
8	Lugar do Alto da Bandeira, Creixomil	5561,50m ²	U-2752 01342/Creixomil	Terreno para construção	€ 437.350,00

Mais se informa, que os valores base de licitação indicados nas linhas nºs 2 a 8 no quadro supra, foi determinado com base na Simulação do Valor Patrimonial Tributário, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), instrumento



disponível no sítio da Internet das Finanças, acrescido dos custos administrativos dos respectivos processos, sendo que no caso do terreno registado na linha nº 1, o respectivo valor base de licitação corresponde ao valor Patrimonial Tributário atribuído pelo Serviço de Finanças, ao abrigo do CIMI, também acrescido dos correspondentes custos administrativos. À consideração superior". O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TAXAS MUNICIPAIS – TAXAS A COBRAR PELOS CERTIFICADOS DE REGISTO DE CIDADÃO EUROPEU –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: "Com a entrada em vigor da Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de Dezembro foram actualizadas as taxas a cobrar pela emissão de documentos relativos à residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional, nomeadamente dos certificados de registo de cidadãos europeus. O artigo 4.º desta Portaria estabelece a forma como o valor das taxas cobradas será repartido entre as autarquias e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Assim: "1 — *O produto das taxas relativas ao certificado de registo a que refere o artigo 1.º da presente portaria é repartido entre os municípios e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 29.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto.* 2 — *O montante a cobrar pela componente municipal do serviço prestado é fixado, de acordo com a legislação aplicável às autarquias locais, pelos órgãos competentes em matéria de fixação de taxas municipais, não podendo exceder o valor correspondente a 50 % do valor previsto no artigo anterior.* 3 — *Para cobertura de despesas administrativas municipais, é deduzido o valor de 2,5 %*

ao montante que reverte para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras." É assim necessário, conforme refere o n.º 2 supra transcrito, que os órgãos municipais aprovem os valores das taxas a cobrar pelos serviços municipais na emissão destes certificados. Considerando as percentagens de repartição dos valores das taxas previstas neste artigo, bem como os valores definidos nos art.ºs 3.º e 5.º desta Portaria, submete-se à consideração superior o envio para aprovação pelos dois órgãos municipais dos valores das taxas a cobrar pelos serviços municipais, conforme tabela em anexo. Propõe-se, ainda, que a taxa prevista no n.º 2 do art.º 7.º daquela Portaria, e que respeita às situações em que seja solicitada a realização de serviço externo, seja de €35,00, valor idêntico ao definido no n.º 1 deste art.º 7.º, para iguais situações quando a entidade emitente dos documentos é o SEF, a que acrescerão as taxas e encargos de emissão ou de substituição daqueles documentos". O mapa com as taxas a cobrar pelos certificados de Registo de Cidadão Europeu dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE. APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE –
TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2011 –**

Presente um ofício da Associação de Municípios do Vale do Ave remetendo o mapa com a previsão dos custos com pessoal e de funcionamento para o ano de 2011, bem como as transferências a efectuar pelos Municípios, pelo que solicitam a transferência, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, da verba de €163.292,95 (cento e sessenta e três mil duzentos e noventa e dois euros e noventa e cinco cêntimos) correspondente a custos de pessoal, bem como da verba de €112.187,65 (cento e doze mil



cento e oitenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos), correspondente a custos de funcionamento, no valor total de €275.480,60 (duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e oitenta euros e sessenta cêntimos). Junto se anexa o quadro dos custos de funcionamento imputados. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.04. O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

TRANSFORMAÇÃO DA GRANDE ÁREA METROPOLITANA DO MINHO (EX-GAMM) EM ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS DO MINHO E PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

– Presente a seguinte proposta: “Considerando que a GAMM, constituída a 3 de Março de 2004, se transformou em Associação de Municípios de Fins Específicos, por força da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto; Considerando que, nos termos do art. 34º da supra referida Lei nº 45/2008, é da competência das câmaras municipais dos municípios associados a elaboração dos estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos, dependendo tais deliberações de ratificação pelas respectivas assembleias municipais; Propõe-se, nos termos do nº 3, do art. 35º e do art. 34º, da mencionada Lei nº 45/2008, que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração dos estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos do Minho, de acordo com o projecto de estatutos em anexo. Nesta fase não estão ainda definidas as despesas a assumir pelos municípios associados, porquanto, nos termos do art. 6º, alíneas a) e b), do projecto de estatutos em anexo, tais despesas serão fixadas pela respectiva Assembleia Geral. Deste modo, logo

que aprovadas por aquele órgão social, serão tais despesas submetidas à aprovação desta Câmara Municipal”. A proposta de alteração dos Estatutos dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro, que apresentou a seguinte **declaração de voto:** “A cooperação entre Municípios é importante para o desenvolvimento local. Mas é com reservas que voto esta proposta. Com reservas, porque se tem verificado a multiplicação de associações municipais sem que isso tenha contribuído para o elevar da qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento local. A constituição da GAMM foi um mero dispêndio de dinheiro público para pagar o seu próprio funcionamento e alguns “empregos” sem qualquer acção digna de registo. A multiplicação das associações municipais tem servido, ao longo dos anos, para se fugir à verdadeira cooperação e solução: a Regionalização. Entendemos que só a criação de verdadeiras Regiões Administrativas dotadas de meios e de voz própria, através dos seus órgãos eleitos pelas populações, poderá, efectivamente, contribuir para o desenvolvimento da região. Relevamos também, o carácter obrigatório e de verdadeira chantagem política sobre os municípios, que só terão direito aos fundos do QREN se se associarem como o Governo impõe. Será pois com reserva que estaremos atentos ao desenvolvimento da actividade da associação, à realização dos objectivos que lhe estão propostos e à sua contribuição para o desenvolvimento dos municípios e consequente benefício das populações”. -----
ADESÃO À ASSOCIAÇÃO EUROPOAN PORTUGAL E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES NO CONCURSO EUROPAN PARA O ANO DE 2012 – Presente a



seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "Refere-se a presente informação técnica à participação de Guimarães na 11ª edição do concurso EUROPAN a realizar em 2012. O concurso EUROPAN reporta-se a um acontecimento internacional, à escala europeia, que, em função de trabalhos práticos e reflexão sobre áreas territoriais concretas, visa promover, em simultâneo, a análise e reflexão sobre os temas do urbanismo e da arquitectura a uma escala alargada e aberta, englobando múltiplos e diversificados pontos de vista (resultantes da zona geográfica dos respectivos autores) e a operacionalidade de tal reflexão na concretização de propostas para determinadas áreas territoriais a sujeitar posteriormente a desenvolvimento e projecto. Incluindo várias escalas de trabalho, desde o território ao edifício, e abrangendo o continente europeu (na última edição, verificou-se a participação de 19 países europeus e o envolvimento de mais de 10.000 jovens profissionais), aceitando e incorporando propostas dos mais variados pontos do continente europeu (Portugal, Espanha, Holanda, Suécia, Suíça, Polónia, Áustria, Irlanda, Dinamarca, ...), o concurso EUROPAN é pois uma tripla oportunidade de: 1. para os profissionais das áreas de urbanismo e arquitectura, nomeadamente os mais jovens (até aos quarenta anos), reflectir, praticar e expor trabalho, alargando assim o respectivo alcance do mesmo e aumentando as possibilidades de trabalho remunerado e emprego...2. para os Municípios, conseguir convergir para uma determinada área do seu território uma multiplicidade de pontos de vista e perspectivas sobre como intervir naquele espaço que se afigura rica e benéfica; 3. para todos, reflectir de forma partilhada sobre o urbanismo e a arquitectura com aplicação directa a casos concretos, inserida numa rede de dimensão europeia e que

confere visibilidade aos Municípios envolvidos de forma sistemática e abrangente. Igualmente, potencia a inúmeros profissionais, de pontos geográficos muito diversos, a debruçarem-se sobre uma cidade específica, conhecendo uma oportunidade, talvez única, de trabalharem nestes mesmos municípios. Como tal, em associação directa aos anos de 2011 e 2012, e atendendo ao evento Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012 (CEC'12), o concurso EUROPAN afigura-se uma possibilidade de, no âmbito das áreas de urbanismo e da arquitectura, promover as políticas de sustentabilidade da arquitectura, paisagem e desenvolvimento urbano e, assim, concorrer directamente para os objectivos da CEC'12. Assim, considerando: 1. o âmbito e projecção do concurso em causa, promovendo uma acção de planeamento e projecto de uma área territorial de Guimarães à escala europeia; 2. a natureza do concurso em causa compatível e concorrente para a concretização dos objectivos da CEC'12; 3. a participação de um conjunto alargado de profissionais, ora como concorrentes, ora como Júri, das mais variadas nacionalidades bem como da Fundação Cidade de Guimarães no concurso em causa; 4. a afectação de uma área territorial para o estudo / trabalho a realizar potenciador de um futuro desenvolvimento e concretização física (...superando assim o carácter meramente teórico para adquirir uma dimensão prática e física inquestionável). Julga-se encarar favoravelmente a participação do Município de Guimarães no concurso em causa, (assumindo particular destaque por ser a única cidade portuguesa prevista participar nesse ano, coincidente com a capital europeia da cultura). Para tal, é necessário assegurar a celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Associação EUROPAN Portugal que regule e defina as tarefas a acometer a cada entidade, nomeadamente no



que reporta às componentes técnica e financeira (implicando um investimento financeiro global da CMG de €25.000,00 mais eventuais despesas com deslocações e estadias das equipas vencedoras). Assim, julga-se propor: 1. a participação do Município de Guimarães no concurso EUROPAN 11 (com um custo global de €18.000,00 mais eventuais despesas com deslocações e estadias das equipas vencedoras); 2. a inscrição do Município de Guimarães como associado da EUROPAN Portugal para o triénio 2011, 2012, 2013 (com um custo global de €7.000); Face ao exposto, deverá a presente proposta ser remetida à consideração superior e, caso viável, ser remetida a apreciação e decisão do Órgão Municipal para os posteriores procedimentos tidos como necessários. Refere-se ainda que, caso se verifique a participação do Município de Guimarães, a área territorial seleccionada para o concurso em causa é uma área localizada na freguesia de Silvares, envolvente ao nó de acesso à auto-estrada e que, cruzando as temáticas da expansão urbana, competitividade económica, paisagem e infra-estruturas viárias, respondem directa e eficazmente aos objectivos do concurso em causa. Em anexo, junta-se: 1. anexo 1: minuta do protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Guimarães e a EUROPAN Portugal; 2. anexo 2: elementos referentes à área territorial seleccionada para o concurso em causa". A respectiva despesa está cabimentada na unidade orgânica 10 e na unidade económica 06.02.03.05. Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO EUROPAN PORTUGAL, BEM COMO APROVAR A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO CONCURSO EUROPAN**

PARA O ANO DE 2012. -----

PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA TÉCNICOS DE INFORMÁTICA

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas nos termos das informações prestadas pelo Chefe da Divisão de Sistemas de Informação e pela Chefe da Divisão de Arquivos, que mereceram a concordância dos respectivos Vereadores, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de três postos de trabalho da carreira e categoria de técnico de informática. Os postos de trabalho indicados nas citadas informações estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidades permanentes. A presente proposta fundamenta-se na dificuldade da Divisão de Sistemas de Informação dar resposta a todas as solicitações dos diversos serviços do Município, bem como prestar apoio à rede escolar que conta actualmente com cerca de 1000 computadores e outros periféricos e, também pelo facto da Divisão de Arquivos ter operado uma série de mudanças ao nível de procedimentos de trabalho suportados pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, cuja implementação e manutenção requer a intervenção diária de um técnico de informática, sem descurar a necessidade premente de realização de tarefas específicas, unicamente passíveis de serem executadas por pessoas qualificadas nesta área, pelo que se torna urgente a contratação destes técnicos. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008, de 11



de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011 – SUSPENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO MENSAL PARA GESTÃO DE PESSOAL EM REFEITÓRIO ESCOLAR – EB1 PINHEIRAL/CALDELAS – Presente a seguinte informação dos

Serviços de Educação: “Em reunião de Câmara de 10 de Fevereiro de 2011 foi deliberado rectificar a deliberação de 28 de Fevereiro de 2002 e suspender a atribuição, à Freguesia de Caldelas, do subsídio mensal, no valor de €360,13, destinado à gestão do pessoal de cozinha do refeitório da EB1 Pinheiral. Por lapso, aquando da elaboração da proposta, indicou-se a Freguesia como sendo a entidade a quem era atribuído o referido subsídio, dado que as verbas destinadas à alimentação e gestão dos refeitórios escolares de Caldelas são atribuídas à mesma. Acontece, porém, que, no caso da deliberação de 28 de Fevereiro de 2002, o subsídio é atribuído à Associação de Pais de Pinheiral. Assim, e face ao exposto, propõe-se que se proceda à rectificação da deliberação de Câmara de 10 de Fevereiro de 2011 e que, a partir de Janeiro, se proceda à suspensão da atribuição da verba àquela Associação”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

CULTURA – FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO E LOCAL – APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE 2011 – Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “As festas populares são tempo e espaço de encontro, de convívio, de recriações de manifestações sociais e culturais marcantes da nossa tradição e cultura que contribuem sobremaneira para a

preservação da nossa identidade e memória colectivas. Pela sua inestimável relevância cultural e turística proponho a atribuição dos seguintes subsídios, totalizando €99.000,00 (noventa e nove mil euros): **1 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO** – Marcha Gualteriana (Associação Recreativa da Marcha Gualteriana) – €75.000,00; Festas das Taipas – S. Pedro (Comissão Organizadora) – €6.800,00; Festas de Pevidém (S. Jorge) (Ass. de Festas de S. Jorge - Pevidém) – €3.000,00; Festas de S. João (Covas) (ARCOV - Ass. Rec. Cultural e Desportiva) – €1.800,00; Festas Nicolinas (Comissão de Festas Nicolinas) – €2.500,00; Danças de S. Nicolau (Ass. dos Antigos Alunos do Liceu Guimarães) – €1.500,00; Festas das Cruzes (Serzedelo) (Comissão Organizadora) – €1.000,00; Romaria Grande – S. Torcato (Irmandade S. Torcato) – €800,00; Linhal da Corredoura (Grupo Folclórico da Corredoura) – €600,00. **2 - FESTAS DE INTERESSE LOCAL** – Festas de S. Cristóvão (Comissão Organizadora) – €600,00; Festas do Dia do Caixeiro (Comissão Organizadora) – €600,00; Festas de Santo António (Cruz de Pedra) (Comissão Organizadora) – €600,00; Festa do Agricultor (Casa do Povo de Fermentões) – €600,00; Festas de S. João de Calvos (Lordelo) (Comissão de Festas) – €600,00; Festa de Carnaval Pevidém (Grupo de Teatro do C.C.D. da Coelima) – €600,00; Festas de N^a Sr.^a da Ajuda (Moreira Cónegos) (Comissão Organizadora) – €600,00; Festas de S. Sebastião – (Serzedo) (Comissão Organizadora) – €600,00; Festas de S. Tiago (Lordelo) (Comissão Organizadora) – €600,00; Festas de Nossa Senhora da Luz (Creixomil) (Comissão Organizadora) – €600,00. Total – €99.000,00. Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efectuados após prova documental, por parte das entidades



beneficiadas, da respectiva constituição pública (escritura notarial, estatutos e publicações obrigatórias). No caso de comissões de festas e organizadoras constituídas ad-hoc, não dispondo, portanto, de constituição pública, o subsídio deve ser requerido pela Junta de Freguesia onde se realiza o evento, com menção expressa do mesmo. Nos casos em que os subsídios deliberados sejam iguais ou superiores a €5,000,00 (cinco mil euros) as entidades devem ainda apresentar certidão de situação regularizada perante a Segurança Social, sem a qual o pagamento não poderá ser efectuado. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO

CULTURAL 2011 – Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: "No seguimento da política definida pela Câmara Municipal de Guimarães no que concerne ao incentivo e ao apoio à formação, criação, produção e divulgação cultural nas diferentes áreas, propõe-se a atribuição de subsídios e o estabelecimento de protocolos de colaboração, no montante total de €49.550,00 (quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta euros), de acordo com a seguinte distribuição por áreas de intervenção: Bandas Musicais – €10.000,00; Grupo Folclóricos – €16.100,00; Grupos de Teatro Amador – €8.000,00; Grupos Corais Associativos – €4.800,00; Grupos de Musica Popular – €2.400,00; Academia de Música Valentim Moreira de Sá – €2.000,00; Escolas de Música – €6.250,00. Total – €49.550,00 (quarenta e nove mil quinhentos e cinquenta euros). Mediante a aprovação da presente proposta,

serão assinados com os diversos agrupamentos protocolos de colaboração de acordo com as minutas anexas. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. As minutas dos protocolos dão-se aqui por reproduzida e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DO BARROCO – FREGUESIA DE GONDAR – Presente a seguinte

informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração ao trânsito no arruamento identificado em anexo, localizados na freguesia de Gondar. A sua elaboração está em harmonia com a Junta de Freguesia e proposta da Assembleia de Freguesia e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa”. A planta com a alteração ao



trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TRÂNSITO – ALARGAMENTO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA NA AVENIDA D. JOÃO IV

– Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Em reunião de 18 de Setembro de 1997, a Câmara deliberou aprovar o alargamento das duas zonas de estacionamento de duração limitada existente à data na Avenida D. João IV, a saber, junto ao Centro Comercial Villa e à 2.ª Repartição de Finanças, a todo o seu traçado. No entanto, decorridos dois meses da sua aplicação, aquela deliberação foi revogada parcialmente pela anulação de duas zonas do lado direito, sentido ascendente, a montante da Rua Camilo Castelo Branco, e do lado esquerdo, sensivelmente entre este último arruamento e a Rua do Centro, considerando que a rotatividade conseguida não sustentava a sua manutenção, bem como a existência naquele troço de diversos imóveis sem garagem. Decorridos mais de treze anos, verifica-se que o aumento dos espaços comerciais e de serviços, bem como habitacionais, justificam a necessidade de adequar a oferta de estacionamento à crescente procura. Verifica-se, ainda, de forma sistemática, o congestionamento de trânsito decorrente do estacionamento abusivo, designadamente em segunda fila, e as suas repercussões na fluidez de trânsito. Por outro lado, em 2008, a Câmara criou a possibilidade da isenção total do pagamento das taxas horárias pelos residentes, por forma a proporcionar melhores condições de acessibilidade aos moradores. Face ao exposto, submetemos à consideração superior o alargamento das zonas de estacionamento

de duração limitada da Avenida D. João IV àqueles espaços, com limite máximo horário de 2 horas e a taxa horária de €0,45/h”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB1/JI DE PULO – ALDÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 21 de Fevereiro de 2011, que disponibilizou, à Escola EB1/JI de Pulo, freguesia de Aldão, o transporte, em autocarro, dos alunos ao Museu Alberto Sampaio e Centro Histórico, no passado dia 23 de Fevereiro.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB1/JI DE ESTRADA – GONÇA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de Fevereiro de 2011, que disponibilizou, à Escola EB1/JI de Estrada, freguesia de Gonça, o transporte, em autocarro, dos alunos ao Quartel da GNR, no passado dia 2 de Março. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E PLANEAMENTO DA UNIVERSIDADE DO MINHO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Departamento de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho solicitou a colaboração do Município através de autocarro para os dias 17 e 19 de Março para efectuar o transporte das individualidades presentes na 3.ª edição do “International Meeting” no Auditório da Universidade do Minho, em Guimarães. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência do transporte solicitado, bem como o pagamento de



trabalho extraordinário aos motoristas oportunamente a designar”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE POLVOREIRA – EQUIPAMENTO SOCIAL – Presente a seguinte

proposta: “O Centro Social da Paróquia de Polvoreira é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que construiu um edifício social integrando as valências de Creche, Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário, com o apoio do programa PARES do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social. Para assegurar a participação própria nos encargos da construção e equipamento desse edifício, solicitou apoio municipal. A Câmara tem vindo a conceder às IPSS do Concelho, com candidaturas aprovadas pelo programa PARES, participações municipais, como sucedeu com os “Amigos de Urgezes”, Casa do Povo de Creixomil, CERCIGUI, Casa do Povo de Fermentões, Centro Social de Mascotelos/Candoso S. Tiago, Irmandade de S. Torcato. O equipamento construído pelo Centro Social da Paróquia de Polvoreira irá servir 66 crianças em Creche, 31 idosos em Lar, e prestará apoio domiciliário a 50 utentes, possibilitando a criação de 41 novos postos de trabalho. Considerando a política de equidade no apoio a equipamentos sociais, proponho que seja atribuído o subsídio de €100.000,00 (cem mil euros), para a realização da referida obra, ao abrigo do disposto da alínea b) do nº1 do artigo 5º do Regulamento de Apoio a Instituições de Solidariedade Social”. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – UNAGUI – COOPERATIVA SOCIAL E CULTURAL DE GUIMARÃES, CRL – OBRAS DE REABILITAÇÃO DA SEDE –

Presente a seguinte proposta: “A UNAGUI – Cooperativa Social e Cultural de Guimarães, CRL (Universidade do Autodidacta e da

Terceira Idade) solicitou apoio municipal para a reposição de uma parte do tecto da Sala de Artes do seu edifício sede que se danificou. A UNAGUI está instalada num edifício propriedade da Sociedade Martins Sarmento, mas de interesse patrimonial e histórico, onde já esteve instalada a Câmara Municipal. Considerando o importante trabalho cultural e de inserção social que a UNAGUI desenvolve, a importância da preservação do edifício onde está instalada, e as dificuldades financeiras da instituição, proponho que seja atribuído o subsídio de €500,00 (quinhentos euros), para a realização da referida obra, de acordo com orçamento elaborado pelo Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto da alínea b) do nº 1 do artigo 5º do Regulamento de Apoio a Instituições de Solidariedade Social". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Torcato Ribeiro não participou na discussão e na votação da proposta, por se considerar impedido.** Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores do PSD votam favoravelmente este ponto por considerarem que se trata de uma necessidade urgente a realização de obras no edifício Casa de Sarmento, actual sede da UNAGUI, e propriedade da Sociedade Martins Sarmento. Muito embora o valor agora aprovado seja exíguo para o efeito pretendido, e se limite a possibilitar pequenos arranjos no piso térreo (o único ocupado e em condições de o ser) da Casa de Sarmento. É importante recordar que em 2002 foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal, a Sociedade Martins Sarmento e a Universidade do Minho, com vista à criação do Centro de Estudos de Património da UM, também designado de



«Casa de Sarmento», estrutura que inclusivamente adoptou o nome da casa onde ficaria instalada. Nesse protocolo, a Câmara comprometeu-se com a recuperação do edifício, onde seria instalado o C.E.P. da U.M., sendo que, o CEP «Casa de Sarmento» nunca ali funcionou porque a Câmara nunca honrou o seu compromisso, assumido no nº4 do referido protocolo, no qual se comprometia a concluir a recuperação do edifício, *“no máximo, até ao final do ano de 2003”*. Mais grave ainda é que quanto este protocolo foi celebrado, em 2002, estava já pendente um contrato de arrendamento celebrado entre a SMS e a UNAGUI precisamente 10 anos antes, em 1992, no qual a Câmara, como terceira parte, se havia comprometido a suportar as obras de recuperação do edifício, por troca com a permissão de utilização do espaço pela UNAGUI, de forma meramente simbólica. Isto é, a SMS cedia o espaço gratuitamente à UNAGUI e a Câmara pagaria as rendas que a instituição teria que suportar pelos 20 anos de contrato, sob a forma de recuperação do edifício. Esta obrigação consta inclusivamente e de forma expressa, no protocolo de 2002. Os vereadores manifestam de todos os modos a sua preocupação uma que estamos em 2011 e um edifício com aquela importância para Guimarães continua a cair, com dois compromissos de recuperação pela Câmara Municipal, um de 1992 e outro de 2002, ambos não honrados, ambos incumpridos. Além disto, o contrato de arrendamento celebrado por 20 anos entre a SMS e a UNAGUI termina já em Maio/2012, não havendo ainda perspectivas de solucionamento, nem para a UNAGUI e a correspondência aos seus anseios de obtenção de uma sede definitiva, nem para a recuperação de um edifício importante para Guimarães”. -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA –
LIGAÇÃO DAS INSTALAÇÕES AO LARGO CÓNEGO JOSÉ**

MARIA GOMES – Presente a seguinte proposta: “A execução da obra de extensão do Largo Cónego José Maria Gomes passou a permitir que as instalações da Associação de Apoio à Criança pudessem ter uma ligação a esse espaço público. Essa ligação facilitará uma série de operações, ainda que eventuais, como a colocação de lixos à noite até a uma evacuação rápida de emergência. No projecto da extensão do Largo foi prevista uma abertura no muro e a consequente e necessária rampa de acesso que, por se situar em terreno privado, terá de ser aquela Associação a construir. A Associação solicitou apoio à Câmara alegando não dispor de fundos que lhe permitam construir esse acesso. Considerando a utilidade pública das actividades da Associação de Apoio à Criança, proponho que a Câmara Municipal apoie a construção do referido acesso, cujos encargos foram quantificados pelo Departamento de Obras Municipais em €7.296,20 (sete mil duzentos e noventa e seis euros e vinte cêntimos), com a atribuição de um subsídio no montante referido, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 5º do Regulamento de Apoio a Instituições de Solidariedade Social”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador César Machado não participou na discussão e na votação da proposta, por se considerar impedido.** -----

SUBSÍDIOS – UNIVERSIDADE DO MINHO – DEPARTAMENTO DE ELECTRÓNICA INDUSTRIAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO – ROBOPARTY – Presente a seguinte proposta: “O Departamento de Electrónica Industrial da Universidade do Minho organiza, na sequência dos anos anteriores, mais uma edição do evento RoboParty que decorrerá de 10 a 12 de Março no Pavilhão Desportivo da Universidade. A RoboParty é um evento pedagógico em que participam cerca de 120 equipas de quatro elementos



cada, de vários países, onde se ensina a construir robôs móveis autónomos, aberto à participação de todo o público, sendo o principal alvo os jovens das escolas secundárias e os seus professores. Para a sua realização a organização solicitou à Câmara vários apoios. Considerando o interesse da iniciativa, comprovada nas realizações anteriores, proponho que, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, seja concedida a seguinte colaboração: Empréstimo de barreiras, cadeiras e mesas, incluindo o seu transporte, autorização para a utilização do equipamento audiovisual, propriedade da Câmara, que se encontra no Auditório da UM, oferta de material promocional de Guimarães a 150 participantes e dois livros de divulgação do património da cidade a dois convidados de honra, bem como o transporte e a montagem de um palco". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA – DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----